

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 797.218 - DF
(2015/0260551-0)**

RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
AGRAVANTE : ANTÔNIO WELLINGTON CAVALCANTE DE SOUSA
AGRAVANTE : WALTER DIAS JUNIOR
AGRAVANTE : HELIDA ALVES PEDROSA
AGRAVANTE : MARCIA JOVITA MOREIRA NOVELLO
ADVOGADOS : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR - DF011555
MARLÚCIO LUSTOSA BONFIM E OUTRO(S) - DF016619
ANDRÉ CAVALCANTE BARROS - DF022948
AGRAVADO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO.
QUINTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. MANUTENÇÃO DA
DECISÃO AGRAVADA.

I - Cinge-se a controvérsia à incorporação de quintos/décimos à remuneração de servidores públicos federais no período de 9/4/1998 a 4/9/2001. A questão dos autos foi pacificada nesta Corte Superior, no mesmo sentido da decisão agravada, pois a Primeira Seção, no julgamento do Recurso Especial n. 1.261.020/CE sob o rito do art. 543-C do CPC, reiterou o entendimento de terem direito à incorporação dos quintos os servidores públicos que exerceram cargo em comissão ou função comissionada entre 8/4/1998 a 5/9/2001.

II - Todavia, no julgamento do Recurso Extraordinário n. 638.115/CE, sob o regime de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal concluiu, por maioria, não ser devida a incorporação de quintos e décimos por servidores pelo exercício de funções gratificadas no período compreendido entre a edição da Lei n. 9.624/98 e a Medida Provisória n. 2.225-45/2001, ante a ausência de norma expressa autorizadora.

III - Reconheceu-se, naquele julgado, que a Medida Provisória n. 2.225-45, de 2001, tão somente transformou em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI as parcelas referentes aos arts. 3º e 10 da Lei n. 8.911/94, e art. 3º da Lei n. 9.624/98, mas não respristinou as normas que previam a incorporação das parcelas, o que somente seria possível por expressa previsão legal, nos termos do art. 2º, § 3º, da Lei n. 12.376/2010 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – antiga LICC.

IV - Concluiu-se, desse modo, que a decisão judicial que concede parcelas remuneratórias referentes a quintos ou décimos decorrentes do exercício de funções comissionadas no

Superior Tribunal de Justiça

período compreendido entre a edição da Lei n. 9.624/98 e a MP n. 2.225-48/2001 infringe frontalmente o Princípio da Legalidade, positivado no art. 5º, II, da Constituição Federal.

V - Na ocasião, foram modulados os efeitos da decisão para desobrigar a restituição dos valores recebidos de boa-fé pelos servidores até a data do julgamento, cessada a ultra-atividade das incorporações concedidas indevidamente.

VI - Por fim, considerando que inexistente direito à incorporação de quintos/décimos em relação às funções comissionadas exercidas no período de abril de 1998 a setembro de 2001, não há que se falar, assim, em pagamento de parcelas atrasadas a tal título, o que resulta na improcedência do pedido inicial, no qual a ora embargada requereu a condenação da ré a pagar os valores atrasados respectivos aos quintos incorporados por força da edição da MP n. 2.225/2001 dos meses de março a dezembro de 2001 e os anos de 2002, 2003 e 2004, devidamente corrigidos monetariamente e acrescida de juros. Nesse sentido: MS 11.658/DF, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Terceira Seção, julgado em 10/6/2015, DJe 22/6/2015.)

VII - Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator